

Os vestígios da(s) memória(s) nos percursos de confrontos e/ou encontros com a história

*Maristela Moreira de Carvalho**

Resumo

Este artigo tem como objetivo lançar algumas indagações acerca da relação entre história e memória na historiografia contemporânea. A partir de alguns autores como Pierre Nora, Jacques Le Goff, Jacy Alves de Seixas, entre outros, busco traçar algumas considerações a propósito do tema, indagando a respeito de alguns pontos que podem emergir em função das discussões levantadas por estes autores e que podem acrescentar ao atual e inacabado debate que privilegia os confrontos e/ou encontros entre história e memória.

Palavras-chave: Memória. História. Historiografia.

Abstract

This article aims to question the relationship between history and memory in the contemporary historiography. The intention is to discuss some issues brought up for authors like Pierre Nora, Jacques Le Goff and Jacy Alves de Seixas among others, adding some arguments to the unfinished debate that takes into account history and memory.

Key words: Memory. History. Historiography.

O presente artigo tem como objetivo analisar alguns dos percursos da memória na historiografia contemporânea, levantando as principais discussões que têm perpassado a relação memória/história. Em face do crescente número de trabalhos que abordam o tema, elegi como principais referenciais os textos Pierre Nora¹ e Jacques Le Goff,² por serem os pioneiros da teorização da memória no campo da história, além das colocações realizadas mais recentemente por Jacy Alves de Seixas.³ A partir principalmente destes autores, pretendo pontuar a forma como a história tem examinado a memória, não apenas como matéria, mas como objeto de suas análises, traçando, ao final, algumas considerações que podem ser suscitadas a propósito do tema, indagando a respeito de alguns pontos que podem emergir em função das discussões levantadas por estes autores e que podem acrescentar ao atual e, é importante salientar, inacabado debate que privilegia os confrontos e/ou encontros entre história e memória.

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina. Orientação da Profa. Dra. Joana Maria Pedro e co-orientação do Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza.

Em primeiro lugar, desejo situar o questionamento da memória pela história no interior de uma série de transformações pelas quais passou esta disciplina. Transformações que podem ser consideradas a partir da fundação, na França, da revista *Annales*, em 1929, e da *École Pratique des Hautes Études*, em 1948, mas que se acirraram especialmente a partir das décadas de 60 e 70⁴. Pode-se afirmar que foi a partir das discussões deflagradas neste contexto que a história – e, conseqüentemente, os historiadores – lançou um olhar sobre si mesma, sobre seus métodos, seus objetos e suas fontes, buscando romper com os pressupostos da história positivista do século XIX. O que vale ressaltar é que esta “nova história”, nos seus caminhos construídos em meio a diversas discussões, trouxe à tona uma série de questões, como, por exemplo, o questionamento da objetividade do fazer histórico, dos documentos dos quais este fazer se utilizava (documentos não mais concebidos como sendo objetivos e “inocentes”, mas uma construção), da noção de fato histórico (não mais observado como objeto dado, acabado, mas um “monumento” sempre passível de manipulações e reconstruções), entre outros. Enfim, uma historiografia que passou a debruçar-se, como afirma Le Goff, sobre os “processos de manipulação que se manifestam em todos os níveis da constituição do saber histórico”.⁵

O debate alavancado pelos *Annales* possibilitou a emergência de novos objetos de estudo, bem como a experimentação de novas teorias e modelos de compreensão, forjando práticas históricas que colocaram no centro de algumas análises questões como as relativas aos sentimentos, aos valores e às motivações individuais e coletivas; o estudo da linguagem como metáfora; a manipulação do passado pelo presente; a análise da dimensão simbólica dos acontecimentos; o processo de constituição das identidades por diferentes discursos e as relações de poder envolvidas neste processo; a ênfase nos elementos culturais; a percepção da variedade da experiência humana; o papel do indivíduo na constituição de sua própria história, além de um outro olhar sobre a “natureza” do sujeito, ou, melhor dizendo, a sua “desnaturalização”, sua desconstrução.⁶

É importante também enfatizar que o estabelecimento da história oral como prática e movimento, durante as décadas de 60 e 70, foi um fator relevante que possibilitou o surgimento dos debates concernentes à relação entre história e memória, possibilitando aos historiadores, mais do que incorporar a memória ao seu conjunto de ferramentas, fontes, métodos e abordagens, torná-la mais um objeto de estudo, sendo entendida como uma dimensão da história com um trajeto próprio a ser analisado. Mais do que entender as dimensões da memória no contexto da história, tem-se buscado historicizar a maneira através da qual lembramos o passado e entendemos a sua relação com a vida e a cultura contemporâneas.⁷ Foi em meio a este percurso que, especialmente a partir da década de 80, a memória começou a ser problematizada pela história, passando cada vez mais (e porque não dizer tardiamente, quando comparada ao seu questionamento em outras disciplinas) a ocupar um espaço de relevância nos

**OS VESTÍGIOS DA(S) MEMÓRIA(S)
NOS PERCURSOS DE CONFRONTOS E/OU ENCONTROS COM A HISTÓRIA**

estudos históricos. Pode-se afirmar que este debate sobre a memória nos espaços da história foi deflagrado, nos anos 80, por Pierre Nora, que lançou questões que, de certa forma, foram posteriormente retomadas por Jacques Le Goff, ambos partindo de uma oposição entre história e memória.

O texto de Pierre Nora foi publicado por ocasião de uma série de debates deflagrados em função da comemoração do bicentenário da Revolução Francesa, ocasião em que este autor colocou em cena a memória, tendo como viés a percepção da existência de uma “febre” de comemoração, as intenções de memória que a perpassavam, os múltiplos “lugares de memória” que foram constituídos a partir de então, enfim, buscando enfatizar estes “lugares” como espaços de encarceramento e de apropriações da memória. Nora parte do pressuposto de uma oposição entre memória e história e, segundo afirma, a necessidade de consagrarmos “lugares” à memória se deve ao fato desta não mais existir, já que teria sido “transportada pela história”. Por isso, continua, não nos encontramos mais dentro da “verdadeira memória”, ou seja, da memória espontânea, mas sim “dentro da história”. As fronteiras traçadas entre história e memória são ilustradas através de determinadas características que as definiriam enquanto processos distintos. A memória é demarcada a partir da sua relação com a vida, inserindo-se no movimento dialético da lembrança e do esquecimento; revela-se enquanto um fenômeno atual e afetivo, sendo sustentada por lembranças vagas e flutuantes, enraizando-se no concreto, no espaço e na imagem. A história, por sua vez, seria uma reconstrução problemática e incompleta, uma representação do passado. Esta se apresenta como uma operação intelectual, laicizante e crítica, relacionando-se às continuidades temporais, às evoluções e às relações. Enfim, a história destrói a memória espontânea.⁸

Outra distinção realizada por Nora diz respeito à memória verdadeira (inserida no gesto, no hábito, na transmissão dos saberes, etc) e à memória transformada pela história, ou seja, a memória voluntária, portanto deliberada, distante da sua espontaneidade, não mais vivida no interior, mas aquela que se pendura em suportes exteriores, que é remanejada pela sua apropriação pela história.⁹ Seu texto indica a tradição histórica como “exercício regulado da memória”, tornando-a sempre “suspeita”, buscando destruí-la, ou melhor, concedendo-lhe “lugares”. Lugares onde a história (re)sacralizou a memória; “lugares de memória” (bibliotecas, arquivos, museus, monumentos, dicionários, etc.) constituídos pelo sentimento da inexistência de uma memória espontânea. Lugares “salvos de uma memória na qual não mais habitamos” já que esta teria sido consumida pelo “fogo da história”. Por conseguinte, a “vontade de memória” é uma necessidade de história. É desta forma que Nora expõe o jogo da memória e da história, esta última constituindo lugares de sacralização da memória, buscando “parar o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, prender um máximo de sentido num mínimo de sinais”.¹⁰ As afirmações deste autor marcam a entrada da memória na reflexão histórica, demonstrando como a história constituiu a memória como um “outro”, dela se apropriando para

torná-la operação consciente, repleta de interesses e desejos, que dão visibilidade aos processos de cooptação que a história tem realizado sobre determinados objetos de outras áreas de saber.

Jacques Le Goff também postulou, a exemplo de Nora, a dissociação entre memória e história. A sua preocupação foi esboçar o percurso da memória através da história, desde as sociedades sem escrita até as sociedades contemporâneas do século XX. Neste percurso, Le Goff demonstra, primeiramente, como a memória emigrou da psicologia, da psicobiologia, da neurofisiologia, da biologia e da psiquiatria para as ciências sociais. A problematização da memória nestes espaços sinalizou, como afirma, para a sua relação com a comunicação (a relação com o outro através da narrativa) e com a linguagem (uma produção social), fazendo com que esta passasse a ser observada enquanto “fenômeno social”. Além disso, este autor apontou para a manipulação da memória coletiva por parte de classes, grupos e indivíduos na sua ânsia de se tornarem “senhores da memória e do esquecimento”.¹¹

Este autor fala sobre a dessacralização da memória que, paulatinamente, passou a ocorrer com o advento da escrita e se consolidou com o surgimento, no século XV, da imprensa, apontada como fator que revolucionou a memória ocidental, fazendo com que os leitores fossem colocados em face de uma memória coletiva cada vez mais ampla – o que resultou numa “exteriorização progressiva da memória individual”. Porém, é principalmente a partir do século XVIII que este autor situa o que denomina de “alargamento da memória coletiva”. No contexto posterior à Revolução Francesa, Le Goff sinaliza, na esteira das afirmações de Nora, o surgimento de uma explosão da memória, de uma “febre comemorativa”, uma obsessão pela perda da memória, expressa através da criação de museus, arquivos nacionais, bibliotecas, etc. Uma questão interessante apontada por este autor – e que corrobora a afirmação sobre o debate tardio da memória por parte da história – é a expansão da teorização da memória no século XIX, seja na filosofia, através de Henri Bergson; na literatura, na figura de Proust e sua obra “Em Busca do Tempo Perdido”; na arte, com o Surrealismo (teoria da memória educável de André Breton); além dos estudos de interpretação dos sonhos, propostos por Freud, e da teorização da memória, presente na abordagem sociológica de Maurice Halbwachs.¹²

A grande contribuição de Le Goff para a análise da memória é a sua historicização ao longo de períodos diversos, apontando para as suas diferentes concepções, mas, acima de tudo, para a sua relação com o poder, a sua manipulação por determinados grupos e seus interesses, a sua emergência, na história, como objeto a ser questionado. Este autor observa a memória como espaço de legitimação, de atualização e organização das percepções do passado, bem como elemento essencial da constituição da identidade, seja ela coletiva ou individual,¹³ o que passou, cada vez mais, a despertar a atenção dos historiadores – eles próprios apropriando-se da memória, enquadrando-a, como afirma Jacy

OS VESTÍGIOS DA(S) MEMÓRIA(S)
NOS PERCURSOS DE CONFRONTOS E/OU ENCONTROS COM A HISTÓRIA

Alves de Seixas, nos preceitos teórico-metodológicos da(s) historiografia(s) e tornando-a “prisioneira da história”.¹⁴

Vale destacar que as assertivas de Nora e Le Goff demonstram a grande influência que a teoria psicossocial de Maurice Halbwachs – mais especificamente através de sua obra, intitulada “A Memória Coletiva”¹⁵ – exerceu sobre estes autores. Através da leitura da referida obra, observa-se que Halbwachs refuta a existência de uma memória individual, enfatizando o caráter coletivo da memória, contrapondo-a à história. Fazendo uma distinção entre memória autobiográfica e memória histórica, este autor afirma que, embora a segunda seja mais ampla que a primeira, ela, a memória histórica, “não representa o passado senão sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e denso”. E, continua, “a história, com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas”. Resumindo, “Não é na história aprendida, mas na história vivida que se apóia nossa memória”.¹⁶ Halbwachs, de acordo com Jacy A. de Seixas, confere à memória coletiva o atributo de atividade natural, espontânea, desinteressada, seletiva. Ela é oral, afetiva e está pulverizada em uma multiplicidade de narrativas. A história, por sua vez, é um processo interessado, político e manipulador; é atividade escrita, organizada.¹⁷

Esta concepção halbwachiana sobre a memória, que percorre os textos de Nora e Le Goff, também foi abordada por um trabalho que, durante muito tempo, foi um dos principais pontos de referência dos historiadores nas suas incursões pelos caminhos da memória. Refiro-me ao trabalho de Ecléa Bosi, constituído no campo da psicologia social, intitulado “Memória e sociedade. Lembrança de velhos”.¹⁸ Nesta obra há um capítulo especialmente dedicado à discussão sobre o assunto, levando em conta não apenas a teoria da memória de Halbwachs, mas também os *insights* de Henri Bergson, presentes em “Matéria e Memória”.¹⁹ Enquanto para Halbwachs a memória dos indivíduos é um fenômeno coletivo, estando inserida nas suas relações com os diversos grupos que os rodeiam e nos quais eles se inserem, para Bergson a memória seria um fenômeno individual, algo íntimo, conservada no espírito, aflorando, na sua forma pura, através de imagens-lembrança, nos sonhos e devaneios. Ainda de acordo com este autor, o conjunto das imagens passadas permanece presente no corpo e é sempre do presente “que parte o apelo ao qual a lembrança responde”.²⁰

Promovendo um confronto entre estas opiniões divergentes, Bosi oferece ao leitor uma base de reflexão construída pelos embates entre os autores citados. Uma questão exposta por Bergson, segundo esta autora, seria a distinção entre a “memória hábito” e a “lembrança pura”: a primeira é adquirida pelo esforço da atenção e pela repetição de gestos ou palavras, transformando-se, pela fixação, em hábito (como, por exemplo, comer, escrever, dirigir...); a segunda, “a lembrança pura”, faz emergir da consciência um momento único, singular, não repetido. Seu caráter não é mecânico, mas evocativo. Enfim, o esquema bergsoniano sobre a

memória consiste em provar a sua espontaneidade e liberdade, em oposição aos esquemas mecânicos de lembrança.²¹ São estas afirmações de Bergson que irão ser relativizadas por Halbwachs, que analisa os “quadros sociais da memória”, o que o leva a asseverar, ao contrário de Bergson, que a memória não se restringe ao mundo do indivíduo (corpo/espírito), que o ato de lembrar não é um ato de trazer o passado em sua pureza e integridade, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. Até mesmo a imagem dos sonhos (a “lembrança pura” de Bergson) está indissociavelmente mediada pelo presente. O que regula a atividade mnêmica é a função social exercida no presente pelo sujeito que lembra.²²

As divergências traçadas pelas posições assumidas tanto por Henri Bergson quanto por Maurice Halbwachs alimentaram não apenas as reflexões de Jacques Le Goff, Pierre Nora e Ecléa Bosi, mas outros que os seguiram na tarefa de perscrutar a memória, utilizando-a como um referencial, especialmente nos estudos que buscaram enfocar os depoimentos orais, as narrativas de vidas, as autobiografias, traçando um quadro de novas possibilidades de análise destas questões, ampliando a relação entre o indivíduo que lembra e suas lembranças. Este é o caso, só para citar um exemplo, da obra de Marina Maluf, “Ruídos da memória”,²³ publicada em 1995, e que indica a forma como a problematização da memória acrescentou às pesquisas que a privilegiam, evidenciando a contribuição destas pesquisas para a construção de outros olhares sobre as questões históricas. Esta autora assumiu a postura de Maurice Halbwachs, observando a memória como reatualização do passado, reordenação inserida na experiência social do indivíduo.

Se durante um certo período o diálogo entre história e memória foi traçado preferencialmente a partir das coordenadas e do colóquio entre a sociologia de Halbwachs e a filosofia de Bergson, alguns autores têm partido de outros prismas, como é o caso de Jacy Alves de Seixas.²⁴ Situada em um debate mais atual sobre história/memória, esta autora coloca em cena algumas reflexões presentes na teoria literária, centrando-se mais precisamente na figura de Marcel Proust e as suas contribuições no tocante à memória, expressas na obra “Em Busca do Tempo Perdido”.²⁵ Devido ao fato de suas considerações terem sido tecidas em um período mais recente, Seixas buscou refletir sobre a atualidade da memória, trazendo para esta reflexão novas interrogações, destacando aspectos que têm sido desconsiderados nos estudos que visam a relação entre história e memória. Esta autora contrapõe a crescente revalorização da memória – seja através da reivindicação de grupos sociais e políticos no tocante ao “direito e dever de memória”, no aumento das “falas de memória”, ou mesmo do *boom* da história oral, das biografias e autobiografias – ao reduzido debate sobre o tema.

Seixas indaga: seria legítimo pensar num estatuto teórico próprio da memória especificamente histórica, ou numa especificidade que a distinguiria, por exemplo, da memória literária, ou da memória constitutiva do sujeito como tal? Esta autora afirma que a historiografia tem se comportado como se a resposta a

**OS VESTÍGIOS DA(S) MEMÓRIA(S)
NOS PERCURSOS DE CONFRONTOS E/OU ENCONTROS COM A HISTÓRIA**

estas indagações fosse, *a priori*, um “inequívoco e inexplicativo sim”, excluindo das análises muitas categorias e conteúdos da memória definidos para além das indagações da história – caracterizada como o local de redefinição da memória, uma redefinição que desprezaria partes importantes que a definem. Conforme aponta, dando ênfase ao trabalho de Pierre Nora, a historiografia vem afirmando uma relação de conflito e oposição entre história e memória, fazendo da memória, a partir desta perspectiva, “prisioneira da história ou encurralada nos domínios do privado e do íntimo, [...] objeto e trama da história”, uma “memória historicizada”. Ela seria, então, uma “memória exilada, que busca refúgio na história [restando-lhe], assim, os *lugares de memória* (de uma memória que apenas vive sob o ‘olhar de uma história reconstruída’) como seu grande testemunho”. A história se colocou, ainda de acordo com Seixas, fora da memória, dela se apropriando numa postura vigilante e crítica, fazendo com que a memória só existisse teoricamente sob os refletores da própria história.²⁶

Uma das grandes críticas de Seixas é o fato da historiografia enfatizar sempre o caráter voluntário do passado – e, conseqüentemente, do presente – colocando à margem a dimensão afetiva e descontínua das experiências humanas, sociais e políticas, bem como a sua ação criativa, sem que se observe o papel desempenhado pela sensibilidade tanto na história quanto na memória involuntária. Para delinear estas questões, sua abordagem gira em torno de Henri Bergson e de Marcel Proust. De forma resumida, esta autora propõe, além da necessidade em que se fale em memórias (e esquecimentos), no plural, que seja levado em conta, nos estudos históricos, o caráter involuntário da memória – um ponto levantado a partir de Proust, na sua obra citada. Segundo demonstra, Proust, a exemplo de Bergson, promove uma crítica à memória voluntária, caracterizando-a como uma “memória menor”, corriqueira, superficial, sensorial e motora, “pois atada ao hábito, e à ‘vida prática’, à repetição passiva e mecânica”, por isso é um obstáculo à expressão da “verdadeira memória”. Para Proust, conforme sinaliza Seixas, a memória voluntária preocupa-se em

[...] colocar traços no rosto de uma passante, quando no lugar do nariz, das faces e do queixo deveria apenas existir um espaço vazio [denso, percorrido por tempos múltiplos, passíveis de serem atualizados pelos ardis da memória involuntária] onde, no máximo, viesse brincar o reflexo de nossos desejos.²⁷

Ainda segundo esta autora, a memória involuntária – que funciona a partir de procedimentos diferentes da memória voluntária, embora caminhe lado a lado com esta, ambas apoiando-se mutuamente – seria, segundo Proust, aquela que rompe com todo o esforço vão de busca e captura intelectual do passado. Ela é feita de imagens que aparecem e desaparecem independentes da nossa vontade, supõe as lacunas e se constrói com elas, é carregada de afetividade, descontínua, não obedecendo, portanto, a uma sucessão.²⁸ Sob a ótica deste autor, a memória estaria inicialmente situada no presente, nos objetos cotidianos e na sua

percepção. Ela é “ritualística e mítica”, podendo demonstrar ou se ocultar segundo uma dinâmica que lhe é própria.²⁹

O grande mérito dos textos de Jacy Alves de Seixas é trazer algumas indagações que até então permaneciam silenciadas pela história no seu contato com a memória. Em primeiro lugar, enfatiza, a exemplo de Jacques Le Goff, a participação tardia desta disciplina no debate sobre memória, além de denunciar a carência de teorização sobre o conteúdo, o estatuto e os mecanismos de (re)produção da chamada “memória histórica”. Em segundo lugar, ela demonstra como, até então, o ponto de partida da teorização desta disciplina sobre a relação história/memória foi o privilégio dado à memória voluntária, excluindo o caráter involuntário e afetivo da memória, por ser este construído no “terreno de irracionalismo(s)” e, por conseguinte, avesso à história. A sua explicação para esta exclusão se daria em termos metodológicos e disciplinares, ou seja, no esforço, particularmente nos séculos XIX e XX, por parte de diversas correntes historiográficas, de constituir para a história o estatuto de ciência – o que seria, e é neste ponto que comungo com as idéias desta autora, algo já não mais pertinente e fecundo para o momento atual da história, quando ela pretende, cada vez mais, integrar estudos como os que se referem aos mitos, às sensibilidades, às paixões políticas, à imaginação e ao imaginário³⁰.

Desta forma, tendo em vista as abordagens sobre a memória acima citadas, desejo lançar algumas indagações, que têm como ponto de partida não uma cisão entre história e memória, deixando um pouco de lado a ênfase nas fronteiras que as separam e que delimitam radicalmente as suas especificidades, ou entre aquelas abordagens que distanciam memória individual/memória coletiva, ou mesmo memória voluntária/involuntária, abordagens que têm dado o tom de uma boa parte dos trabalhos que se propõem a analisar o tema. As indagações aqui presentes se centram justamente nos locais onde estas fronteiras se borram, onde os mecanismos da memória se interconectam, se interpenetram com os da história, sem obviamente perder de vista as particularidades dos seus processos de produção e reprodução. Para tanto, tomo como base a afirmação de Carlos Rodrigues Brandão, que aponta o parentesco, constituído pelos gregos antigos, entre a memória e a história. Segundo este autor, na Grécia antiga, a memória era a deusa Mnemosyne. Filha de Urano (céu) e Gaia (terra), irmã de Chronos (tempo) e de Okeanos (oceano), Mnemosyne, em nove noites passadas com Zeus, concebeu e gerou as nove musas, dentre as quais Clio, a musa da história³¹. Portanto, a história seria filha da memória. Uma relação que, de acordo com as análises da historiografia contemporânea sobre o tema (presentes aqui em especial através de Le Goff e Nora), foi sendo rompida paulatinamente e que se efetivou a partir do momento em que a história assumiu o papel de “senhora” da memória, que passou a ser colocada sob o seu olhar vigilante e autoritário, transformando-se em um “outro”, sendo emudecida em face do “barulho” de discussões historiográficas que, sob uma análise mais crítica, muitas vezes, apesar dos

**OS VESTÍGIOS DA(S) MEMÓRIA(S)
NOS PERCURSOS DE CONFRONTOS E/OU ENCONTROS COM A HISTÓRIA**

debates que caminham em sentido contrário, apresentam certos ranços de um passado no qual esta disciplina pretendia afirmar-se como detentora de um saber e um fazer científico, objetivo.

Retomar a relação entre Mnemosyne e Clio pode não só sinalizar para a fragilidade das fronteiras constituidoras de diferenças e oposições sobre as quais muitas vezes se baseiam os nossos referenciais teóricos, mas também acrescentar às atuais discussões que têm como partida o caráter afetivo, subjetivo, descontínuo e lacunar presente nas histórias que construímos. Para pensar esta última questão, retomo algumas das bases sobre as quais Nora assenta a oposição história/memória, buscando relativizá-las. Por exemplo, como já dito, para este autor a memória se relacionaria à vida, inserindo-se na dialética da lembrança e do esquecimento; é caracterizada pela afetividade, abastecendo-se de lembranças vagas e flutuantes, sendo vulnerável a manipulações, censuras, projeções. E então pergunto: afinal, as “intrigas” que narramos – usando termo de Paul Veyne³² – não estão repletas de vida, bem como de tantas lembranças e esquecimentos, vagos e flutuantes? E o caráter afetivo das nossas escolhas, as quais comandam, de certa forma, aquilo que lembramos e esquecemos? Estas escolhas também não suporiam, por sua vez, manipulações, censuras e projeções constituídas pelas nossas subjetividades? Ainda continuando com Nora, a história seria uma construção problemática e incompleta, uma reconstrução do passado. Acaso a memória também não se utiliza de uma operação semelhante? As operações da memória, quando deflagradas, não constroem, reconstroem e (re)apresentam fatos e acontecimentos de forma incompleta e lacunar? Por sua vez, Le Goff apresenta a relação da memória com o poder. Mais uma vez as fronteiras entre os processos da memória e da história se diluem, tendo em vista a vinculação tão discutida desta última e o poder. Ainda segundo este autor, a memória é um espaço de legitimação, de atualização e de organização da percepção do passado. E o que faz a história senão legitimar, atualizar e organizar o passado?

De acordo com Halbwachs, a história se diferenciaria da memória por ser um processo interessado, político, manipulador. E estas não seriam também características dos processos de rememorar, por mais que se leve em consideração as irrupções da memória involuntária abordada por Seixas? Por outro lado, para Bergson é sempre do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e a atividade mnêmica é uma função social exercida no presente pelo sujeito que se lança à tarefa de lembrar. E os apelos presentes na tarefa da narrativa histórica? Não estão estes apelos inseridos no presente, o qual via de regra guia a escolha dos nossos objetos, dos métodos que utilizamos, das teorias das quais nos apropriamos? Seguindo adiante, quando Proust se refere à memória voluntária – aquela que se preocupa em colocar formas nos rostos vazios dos fatos e acontecimentos – esta afirmação não nos soa familiar quando relacionada ao ofício do historiador em sua tarefa de perscrutar, fazer falar os personagens de um dado passado histórico?

Vale recordar que a tanto a obra de Henri Bergson, “Matéria e Memória”, cuja primeira edição data de 1896, quanto a de Maurice Halbwachs, “A Memória Coletiva”, publicada em 1950, ambas referências na discussão que propõe a oposição entre história e memória, foram elaboradas em um contexto específico, assim como também as propostas de Marcel Proust referidas por Seixas. No tocante à obra de Bergson, esta foi constituída no interior de debates sobre tempo e memória, sobre as relações entre memória e percepção, objetivando repensar a psicologia clássica, racionalista, levando a que esta repensasse algumas de suas premissas³³. Com relação à oposição que Halbwachs faz entre história e memória, esta deve ser entendida tendo em vista, como frisa Marina Maluf, a escrita da história predominante no seu tempo: um conhecimento concebido como sendo produzido de forma objetiva e imparcial, veículo e transmissão entre a “materialidade bruta da documentação e a inscrição na memória”³⁴. Enfim, um contexto no qual se constituíram, no bojo de lutas de poder inscritas nas definições do campo científico e disciplinar, teorias que atualmente têm sido rediscutidas, repensadas e revistas, tendo em vista outros olhares que surgiram sobre o fazer científico, suas características, além dos seus mais variados temas.

Creio que o diálogo interdisciplinar seja um fator de relevância a auxiliar no aprofundamento das indagações aqui expostas. Este diálogo se torna imprescindível e pode caminhar no sentido de recuperar a íntima relação entre Mnemosyne e Clio – sem desprezar a relevância dos debates que caminham em sentido oposto –, acrescentando ao conhecimento sobre a natureza e as funções da memória, colocando-as em relação à natureza e às funções da história e ampliando as discussões em torno das quais atualmente têm sido pensadas as facetas do fazer do historiador. A aproximação, ou, melhor dizendo, a diluição das fronteiras entre história e memória, possibilitada por uma abordagem interdisciplinar, pode, além de supor um melhor entendimento dos meandros desta disciplina, apresentar-se como um caminho a ser tomado no sentido de que se desconstruam as delimitações rígidas, características da constituição do “outro”, de espaços de “diferenças”, reavaliando os conceitos analíticos que não problematizam aquilo que Akhil Gupta e James Ferguson denominam de “abordagem estática e tipologizante” dos espaços e identidades, que, segundo eles, deveriam ser observados como algo que faz parte de uma “topografia do poder”³⁵ – um poder que fez da história a “senhora da memória e do esquecimento”, com isso obscurecendo os seus diálogos, as zonas intersticiais, os “entrelugares” onde ambas se tocam, se interpenetram. A tarefa de percorrer estas zonas intersticiais exige que se assumam cada vez mais o debate com outros espaços de saber, repensando, inclusive, os limites que enfatizam as especificidades de métodos e teorias de campos disciplinares que se constroem em meio a concorrências e embates pelo poder.

Romper ou estranhar muitas das barreiras edificadas entre a memória e a história pode significar a abertura de outros caminhos para a historiografia

**OS VESTÍGIOS DA(S) MEMÓRIA(S)
NOS PERCURSOS DE CONFRONTOS E/OU ENCONTROS COM A HISTÓRIA**

contemporânea nos seus percursos através da dimensão individual e subjetiva da criação da “realidade”, percursos que, como afirmado anteriormente, têm privilegiado o sentido simbólico, as percepções, as manipulações, os sentimentos e os afetos constituidores do mundo como representação. E é neste sentido que o encontro entre os processos da atividade mnêmica e o trabalho realizado na narrativa dos fatos históricos podem acrescentar. Aliás, Paul Veyne, que afirma ser a história filha da memória, declara que a síntese da narrativa dos acontecimentos não é tão distinta assim das evocações da nossa memória. Procurar aprofundar estas questões, colocando “sob rasura”³⁶ tanto o silenciamento infligido à memória pela história, quanto as formações e práticas discursivas que alimentam este silenciamento, assim como tantos outros mais, pode ser mais um caminho no inacabado debate sobre os vestígios da memória nos seus diálogos com a história.

Notas

- ¹ Nora, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo, n. 10, dez. 1993. p. 07-27. Texto extraído de: NORA, Pierre (dir). *Les lieux de mémoire*. I La République. Paris: Gallimard, 1984.
- ² LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 3 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994.
- ³ SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. 37-58; SEIXAS, Jacy Alves de. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, Jacy Alves de; BRESCIANI, Stella; BREPOHL, Marion. *Razão, paixão e política*. Brasília: Ed. UNB, 2002, p. 59-77.
- ⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA Marieta de Moraes (org) *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1-13.
- ⁵ LE GOFF, J. Op. Cit., p. 07-11
- ⁶ Ver: ROGER, Chartier. *A História Cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel. 1988; HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, LE GOFF, J. Op. cit.
- ⁷ THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 65-91.
- ⁸ NORA, p. Op. cit., p. 07-09
- ⁹ Id., p. 09
- ¹⁰ Id., p. 10, 12-22
- ¹¹ LE GOFF, J. Op. cit., p. 423-426
- ¹² Id., p. 457-474.
- ¹³ Id., p. 474-476
- ¹⁴ SEIXAS, J. A. de. Op. cit., 2001, p. 28-39, 41.

-
- ¹⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- ¹⁶ Id., p. 55, 60.
- ¹⁷ SEIXAS, J. A. de. Op. cit. 2001.
- ¹⁸ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. Lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- ¹⁹ BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ²⁰ Id., p. 107-108, 152, 179.
- ²¹ BOSI, E. Op. cit., p. 5-14
- ²² Id., p. 16-23
- ²³ MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995. Este livro foi resultado da pesquisa realizada em sua tese, defendida, em 1994, pela Universidade de São Paulo.
- ²⁴ SEIXAS, J. A. de. Op. cit. 2001.
- ²⁵ PROUST, Marcel. Em busca do tempo perdido. Paris: Gallimard, 1987. Ainda sobre Marcel Proust e suas contribuições para as análises que abarcam a memória, ver: GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rumor das distâncias atravessadas. *Revista do Departamento de Teoria Literária*. N. 22. Campinas-SP: UNICAMP.
- ²⁶ SEIXAS, J. A. de. Op. cit., 2001, p. 37-42.
- ²⁷ PROUST, Marcel. Cf SEIXAS, J. A. de. Op. cit., 2001, p. 45-47
- ²⁸ Id., p. 45-47
- ²⁹ SEIXAS, J. A. de. Op. cit., 2002, p. 67-69
- ³⁰ Id., p. 60; SEIXAS, J. A. de. Op. cit., 2001, p. 47-48.
- ³¹ MENEZES, Adélia B. de. Memória: matéria e mimese. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). *As faces da memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996, p. 14.
- ³² VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 3 ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. da UnB, 1995.
- ³³ BOSI, E. Op. cit., p. 6, 14.
- ³⁴ MALUF, M. Op. cit., p. 43
- ³⁵ GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: *O espaço da diferença*. ARANTES, Antonio A. (org). Campinas: Papyrus, 2000.
- ³⁶ Ver: HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: HALL, Stuart; HATHRYN, Woodward. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.